

GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ PROCURADORIA GERAL



PROJETO DE LEI N° 07/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR A LEI MUNICIPAL Nº 608/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELAR PELEGRINI, Prefeito Municipal de Tucumã, Estado do Pará, usando de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - Fica alterado o art. 1º da lei municipal nº 608/2019, passando a acrescentar o Parágrafo segundo com a seguinte redação:

Parágrafo segundo: Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor informado no caput do art. 1º, nos termos da Resolução CMN nº 4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a financiar a aquisição de bens/serviços, financiar projeto de investimento para iluminação pública ou financiar projeto de investimento para modernização da gestão, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art.2º - Fica alterado o art. 5º da lei municipal nº 608/2019, passando a acrescentar o Parágrafo segundo com a seguinte redação:

Parágrafo segundo : Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta- corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Tucumã, 19 de junho de 2019.

ADELAR PELEGRINI

Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ PROCURADORIA GERAL



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente, Ínclitos Vereadores.

Encaminhamos a esta Egrégia Casa de Leis o presente projeto visando obter autorização legislativa para alterar a lei municipal nº 608/2019, visando adequar o aludido projeto de lei a solicitação feita pelo Departamento Jurídico do Banco do Brasil S.A.

Deste modo passamos a acrescentar na Lei Municipal nº 608/2019, a Resolução CMN nº 4.589, de 26.06.2017 e a autorização para o Banco do Brasil realizar o débito na conta corrente do município indicada no contrato, para fins de pagamento da operação de crédito.

Diante deste contexto, esperamos a aprovação desse projeto, sabendo que esta casa sempre tem analisado e aprovado projetos que venham em benefício da nossa comunidade.

Assim, diante das justificativas supra, solicitamos a apreciação por parte de Vossas Excelências deste Projeto de Lei em regime de urgência especial.

Atenciosamente.

ADELAR PELEGRINI Prefeito Municipal